



BIANCA CAMARGO MARTINS  
(ORGANIZADORA)

# O ESSENCIAL DA ARQUITETURA E URBANISMO 4

 **Atena**  
Editora

Ano 2019

Bianca Camargo Martins  
(Organizadora)

# O Essencial da Arquitetura e Urbanismo 4

Atena Editora  
2019

2019 by Atena Editora  
Copyright © Atena Editora  
Copyright do Texto © 2019 Os Autores  
Copyright da Edição © 2019 Atena Editora  
Editora Chefe: Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Antonella Carvalho de Oliveira  
Diagramação: Rafael Sandrini Filho  
Edição de Arte: Lorena Prestes  
Revisão: Os Autores



Todo o conteúdo deste livro está licenciado sob uma Licença de Atribuição Creative Commons. Atribuição 4.0 Internacional (CC BY 4.0).

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores. Permitido o download da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

### **Conselho Editorial**

#### **Ciências Humanas e Sociais Aplicadas**

Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Adriana Demite Stephani – Universidade Federal do Tocantins  
Prof. Dr. Álvaro Augusto de Borba Barreto – Universidade Federal de Pelotas  
Prof. Dr. Alexandre Jose Schumacher – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso  
Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná  
Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília  
Prof. Dr. Constantino Ribeiro de Oliveira Junior – Universidade Estadual de Ponta Grossa  
Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Cristina Gaio – Universidade de Lisboa  
Prof. Dr. Deyvison de Lima Oliveira – Universidade Federal de Rondônia  
Prof. Dr. Edvaldo Antunes de Faria – Universidade Estácio de Sá  
Prof. Dr. Eloi Martins Senhora – Universidade Federal de Roraima  
Prof. Dr. Fabiano Tadeu Grazioli – Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões  
Prof. Dr. Gilmei Fleck – Universidade Estadual do Oeste do Paraná  
Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionele delle Figlie di Maria Ausiliatrice  
Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense  
Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Keyla Christina Almeida Portela – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso  
Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins  
Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte  
Prof. Dr. Marcelo Pereira da Silva – Universidade Federal do Maranhão  
Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Miranilde Oliveira Neves – Instituto de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará  
Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa  
Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Rita de Cássia da Silva Oliveira – Universidade Estadual de Ponta Grossa  
Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Sandra Regina Gardacho Pietrobon – Universidade Estadual do Centro-Oeste  
Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Sheila Marta Carregosa Rocha – Universidade do Estado da Bahia  
Prof. Dr. Rui Maia Diamantino – Universidade Salvador  
Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará  
Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande  
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins

#### **Ciências Agrárias e Multidisciplinar**

Prof. Dr. Alan Mario Zuffo – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul  
Prof. Dr. Alexandre Igor Azevedo Pereira – Instituto Federal Goiano  
Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Daiane Garabeli Trojan – Universidade Norte do Paraná  
Prof. Dr. Darllan Collins da Cunha e Silva – Universidade Estadual Paulista  
Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Diocléa Almeida Seabra Silva – Universidade Federal Rural da Amazônia  
Prof. Dr. Fábio Steiner – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul  
Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Girlene Santos de Souza – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia  
Prof. Dr. Jorge González Aguilera – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul  
Prof. Dr. Júlio César Ribeiro – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro  
Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Raissa Rachel Salustriano da Silva Matos – Universidade Federal do Maranhão  
Prof. Dr. Ronilson Freitas de Souza – Universidade do Estado do Pará  
Prof. Dr. Valdemar Antonio Paffaro Junior – Universidade Federal de Alfenas

### Ciências Biológicas e da Saúde

Prof. Dr. Benedito Rodrigues da Silva Neto – Universidade Federal de Goiás  
Prof. Dr. Edson da Silva – Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri  
Profª Drª Elane Schwinden Prudêncio – Universidade Federal de Santa Catarina  
Prof. Dr. Gianfábio Pimentel Franco – Universidade Federal de Santa Maria  
Prof. Dr. José Max Barbosa de Oliveira Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará  
Profª Drª Magnólia de Araújo Campos – Universidade Federal de Campina Grande  
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federaci do Rio Grande do Norte  
Profª Drª Vanessa Lima Gonçalves – Universidade Estadual de Ponta Grossa  
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande

### Ciências Exatas e da Terra e Engenharias

Prof. Dr. Adélio Alcino Sampaio Castro Machado – Universidade do Porto  
Prof. Dr. Alexandre Leite dos Santos Silva – Universidade Federal do Piauí  
Profª Drª Carmen Lúcia Voigt – Universidade Norte do Paraná  
Prof. Dr. Eloi Rufato Junior – Universidade Tecnológica Federal do Paraná  
Prof. Dr. Fabrício Menezes Ramos – Instituto Federal do Pará  
Prof. Dr. Juliano Carlo Rufino de Freitas – Universidade Federal de Campina Grande  
Profª Drª Neiva Maria de Almeida – Universidade Federal da Paraíba  
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte  
Prof. Dr. Takeshy Tachizawa – Faculdade de Campo Limpo Paulista

<b>Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) (eDOC BRASIL, Belo Horizonte/MG)</b>	
E78	<p>O essencial da arquitetura e urbanismo 4 [recurso eletrônico] / Organizadora Bianca Camargo Martins. – Ponta Grossa (SP): Atena Editora, 2019. – (O Essencial da Arquitetura e Urbanismo; v. 4)</p> <p>Formato: PDF Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader Modo de acesso: World Wide Web Inclui bibliografia ISBN 978-85-7247-707-9 DOI 10.22533/at.ed.079191510</p> <p>1. Arquitetura. 2. Planejamento urbano. 3. Urbanismo. I. Martins, Bianca Camargo. II. Série.</p> <p style="text-align: right;">CDD 720</p>
<b>Elaborado por Maurício Amormino Júnior – CRB6/2422</b>	

Atena Editora  
Ponta Grossa – Paraná - Brasil  
[www.atenaeditora.com.br](http://www.atenaeditora.com.br)  
contato@atenaeditora.com.br

## APRESENTAÇÃO

“A obra de arquitectura concretiza a síntese entre o pensamento do arquitecto (ainda que abstrato ideológico) e a realidade. Uma realidade que é antes de mais a condição geográfica: a arquitectura transforma uma condição de natureza numa condição de cultura. Esta transformação modifica um equilíbrio espacial existente num novo equilíbrio. O encontro entre o mundo ideológico do pensamento, o mundo abstrato do desenho e o mundo da realidade é também encontro com uma situação histórica, com uma entidade cultural, com uma memória da qual o território está impregnado e que, julgo, a arquitectura deve reler e repropor através de novas interpretações, como testemunho das aspirações, das tensões, das vontades de mudança no nosso tempo”.

Mário Botta, 1996.

A prática da Arquitectura e do Urbanismo está em constante evolução. A atualização da relação entre arte, técnica e mercado deve se dar não apenas com ênfase na prática profissional, mas deve ocorrer também para aproximar os profissionais dos problemas habitacionais, urbanos e sociais da população.

As ideias desenvolvidas na presente edição do livro “O Essencial da Arquitectura e Urbanismo” reafirmam a importância da discussão e da consolidação do espaço de trabalho do arquiteto e urbanista enquanto profissional capaz de transformar espaços, edifícios e cidades.

A Atena Editora reafirma seu compromisso na divulgação científica ao oferecer a publicação de pesquisas de grande relevância desenvolvidas nas mais diversas instituições de ensino superior, sejam elas particulares ou públicas, distribuídas entre vários estados do país.

Convido você a aperfeiçoar seus conhecimentos e refletir com os temas aqui abordados. Boa leitura!

Bianca Camargo Martins

## SUMÁRIO

<b>CAPÍTULO 1</b> .....	<b>1</b>
UM OLHAR SOBRE AS FORMAS DE ENSINAR A DISCIPLINA DE PROJETO	
Vanderlei Rotelli	
DOI 10.22533/at.ed.0791915101	
<b>CAPÍTULO 2</b> .....	<b>12</b>
O ANTIGO NO CONTEMPORÂNEO: TRANSFORMAÇÕES ARQUITETÔNICAS NA CHINA E O CASO DO CONJUNTO HABITACIONAL PARA AGRICULTORES NA VILA DE DONGZIGUAN (DISTRITO DE FUYANG)	
Brenda Mesquita de Araújo	
Beatriz de Jesus Bessa Fernandes	
Leonardo Oliveira Silva	
DOI 10.22533/at.ed.0791915102	
<b>CAPÍTULO 3</b> .....	<b>45</b>
RELEVÂNCIA CULTURAL DA MODERNIDADE NA VIRADA DO SÉCULO XXI NA ARQUITETURA BRASILEIRA	
Samir Set El Banate	
Manoel Lemes Silva Neto	
Julia Naves Teixeira	
DOI 10.22533/at.ed.0791915103	
<b>CAPÍTULO 4</b> .....	<b>57</b>
A ARQUITETURA RELIGIOSA MODERNA NO BRASIL	
Ana Paula Borghi de Avelar	
Luíz Carlos de Laurentiz	
DOI 10.22533/at.ed.0791915104	
<b>CAPÍTULO 5</b> .....	<b>70</b>
CENTRO PARA CULTURA UNDERGROUND	
Daniel Conforte da Silva Lemos	
Ernani Simplício Machado	
Mauro Santoro Campello	
DOI 10.22533/at.ed.0791915105	
<b>CAPÍTULO 6</b> .....	<b>82</b>
PROJETO 'GIGANTE PARA SEMPRE': ANÁLISE DE UM GRANDE PROJETO URBANO DA COPA DO MUNDO DE 2014	
Silvana Kaster Tavares	
Andréa Magalhães Viana	
Fábio Bortoli	
DOI 10.22533/at.ed.0791915106	
<b>CAPÍTULO 7</b> .....	<b>93</b>
O CENÁRIO ATUAL DAS EDIFICAÇÕES DO CENTRO HISTÓRICO DE SÃO LUÍS: O SOLAR BARÃO DE GRAJAÚ, ANTIGO MUSEU DE ARTE SACRA	
Maria Paula Fernandes Velten Pereira	
Ingrid Rayssa dos Santos Moreira	
DOI 10.22533/at.ed.0791915107	

<b>CAPÍTULO 8</b> .....	<b>104</b>
IDENTIFICAÇÃO DO VALOR CULTURAL QUE UMA EDIFICAÇÃO PROJETA SOBRE A SOCIEDADE: O CASO DA CAPELA RIBEIRA EM SERGIPE/BR	
Eder Donizeti da Silva Adriana Dantas Nogueira	
<b>DOI 10.22533/at.ed.0791915108</b>	
<b>CAPÍTULO 9</b> .....	<b>120</b>
CELEBRAR A CIDADE:IMAGENS E DISCURSOS SOBRE A CIDADE DE GUARAPUAVA-PR (1960- 1990)	
Michel Kobelinski	
<b>DOI 10.22533/at.ed.0791915109</b>	
<b>CAPÍTULO 10</b> .....	<b>136</b>
AVALIAÇÃO DA REQUALIFICAÇÃO E DO PADRÃO DE QUALIDADE DO ESPAÇO PÚBLICO NA RUA OSCAR FREIRE EM SÃO PAULO	
Ana Maria Sala Minucci Roberto Righi	
<b>DOI 10.22533/at.ed.07919151010</b>	
<b>CAPÍTULO 11</b> .....	<b>147</b>
CONCEITOS SOBRE PRÁTICAS SOCIAIS E TRANSFORMAÇÕES URBANAS NA RUA OSCAR FREIRE, SÃO PAULO	
Ana Maria Sala Minucci Roberto Righi	
<b>DOI 10.22533/at.ed.07919151011</b>	
<b>CAPÍTULO 12</b> .....	<b>159</b>
RIO E CIDADE: O DESENHO URBANO ENTRELACADO COM A NATUREZA	
Claudine Machado Badalotti Marciano Balbinot	
<b>DOI 10.22533/at.ed.07919151012</b>	
<b>CAPÍTULO 13</b> .....	<b>169</b>
ANÁLISE DA ARBORIZAÇÃO URBANA NA ÁREA CENTRAL DO MUNICÍPIO DE QUIXADÁ	
Flavia Pinheiro de Alencar Pinto	
<b>DOI 10.22533/at.ed.07919151013</b>	
<b>CAPÍTULO 14</b> .....	<b>182</b>
MOBILIDADE URBANA EM ERECHIM-RS: ANÁLISE DE VIABILIDADE DE CICLOVIA NO BAIRRO CENTRO	
Natália Moretto Basso Daiane Cláudia Biasi Miranda Bianca do Amaral Esmelindro Mariele Zawierucka Bressan	
<b>DOI 10.22533/at.ed.07919151014</b>	

<b>CAPÍTULO 15</b> .....	<b>191</b>
O SONHO DA CASA PRÓPRIA: UM LUGAR PARA CHAMAR DE MEU	
Fernanda Joyce Ferreira Barroso	
Rose-France de Farias Panet	
Luiz Phelipe de Carvalho Castro Andrès	
<b>DOI 10.22533/at.ed.07919151015</b>	
<b>CAPÍTULO 16</b> .....	<b>200</b>
ESTRATÉGIAS BIOCLIMÁTICAS URBANAS: UMA APLICAÇÃO PARA CIDADE DE CLIMA TROPICAL	
Fernanda Miguel Franco	
Arthur Guilherme Schirmbeck Chaves	
Marta Cristina de Jesus Albuquerque Nogueira	
<b>DOI 10.22533/at.ed.07919151016</b>	
<b>CAPÍTULO 17</b> .....	<b>212</b>
REGENERAÇÃO DA PAISAGEM: O “ELEMENTO NATUREZA” NA EDIFICAÇÃO DAS CIDADES	
Carolina Caldas Barducci	
Dalva Olívia Azambuja Ferrari	
Lucas Farinelli Pantaleão	
<b>DOI 10.22533/at.ed.07919151017</b>	
<b>SOBRE A ORGANIZADORA</b> .....	<b>225</b>
<b>ÍNDICE REMISSIVO</b> .....	<b>226</b>



## O CENÁRIO ATUAL DAS EDIFICAÇÕES DO CENTRO HISTÓRICO DE SÃO LUÍS: O SOLAR BARÃO DE GRAJAÚ, ANTIGO MUSEU DE ARTE SACRA

**Maria Paula Fernandes Velten Pereira**

Unidade de Ensino Superior Dom Bosco  
São Luís – Maranhão

**Ingrid Rayssa dos Santos Moreira**

Unidade de Ensino Superior Dom Bosco  
São Luís – Maranhão

**RESUMO:** O Centro Histórico de São Luís possui muitas edificações tombadas com valor histórico. O presente artigo tem como objetivo compreender acerca do Solar Barão de Grajaú e analisar o estado atual da edificação e as ações empregadas para a conservação e preservação desta no Centro Histórico de São Luís, e como essas medidas influenciam o desenvolvimento do turismo da cidade.

**PALAVRAS-CHAVE:** Solar Barão de Grajaú; Conservação; Preservação; Turismo.

### THE CURRENT SCENARIO OF THE BUILDINGS OF THE HISTORIC CENTER OF SÃO LUÍS: THE SOLAR BARÃO DE GRAJAÚ, OLD MUSEUM OF RELIGIOUS ART

**ABSTRACT:** São Luís Historical Center has many historic buildings with great value. This aim of this article is to study the Solar Barão de Grajaú and its whereabouts as well as analyze

the current state of the building and the actions required for the Historic Center conservation and preservation, and how these measures influence the growth of São Luís's tourism.

**KEYWORDS:** Solar Barão de Grajaú; Conservation; Preservation; Tourism.

### INTRODUÇÃO

As edificações no centro Histórico são consideradas patrimônio histórico e cultural. Logo, para entender do que se trata um patrimônio, Pelegrini (2006) em seu artigo “*Cultura e natureza: os desafios das práticas preservacionistas na esfera do patrimônio cultural e ambiental*”, fala que “*as noções de patrimônio cultural se mantêm vinculadas às de lembrança e de memória*”, deixando claro que “*os bens culturais são preservados em função de manter a identidade cultural*”.

O solar Barão de Grajaú, objeto de estudo do presente artigo, é um exemplo de edificação que mantêm a identidade cultural. A edificação encontra-se dentro da área de tombamento estadual. Foi também, por anos, o local onde o museu de Arte Sacra funcionou em conjunto com o Museu Histórico e Artístico do Maranhão.

Tendo como um dos objetivos do estudo o conhecimento acerca do solar construído na segunda metade do século XIX, analisou-se, a

princípio, a declaração de Andrès sobre os solares no artigo *“Reabilitação do Centro Histórico de São Luís: análise crítica do programa de preservação e revitalização do centro histórico de São Luís/PPRCHSL, sob o enfoque da conservação urbana integrada”*, sendo percebível que os solares pertenciam às classes mais ricas da cidade – dessa forma é possível conhecer como a alta classe convivia na época.

É notório que com o tempo os edifícios começam a se deteriorar devido às intempéries do decorrer dos anos e da ação de agentes biológicos, deste modo é necessária a avaliação desses espaços para manter a identidade histórica preservada. Sendo assim, neste artigo será abordado de que maneira é possível melhorar os problemas identificados tendo em vista a necessidade de manter a história do local.

Para essa análise Castriota (2007) fala de três modelos para a manutenção em *“Intervenções sobre o Patrimônio Urbano: modelos e perspectivas”*, que são: preservação, conservação e reabilitação, modelos estes que representam três diferentes posturas em relação ao patrimônio.

Assim sendo, o presente artigo realizou um estudo dos modelos relacionados ao patrimônio e buscou indicar quais se enquadram na situação do solar e como esses modelos poderiam ser empregados.

Dentro da perspectiva de manter uma identidade cultural e histórica de uma edificação tombada, é necessário tomar algumas medidas legais. No artigo *“O Estatuto da Cidade e os instrumentos de política urbana para proteção do patrimônio histórico: outorga onerosa e transferência do direito de construir”*, compreende-se algumas dessas medidas quando se é proprietário de uma edificação tombada. Vê-se que a pesquisa mostra a capacidade *“de preservar tanto a sua história (do edifício) quanto desenvolver alternativas sustentáveis de desenvolvimento para as futuras gerações, criando alternativas legais”* (SANTIN; MARANGON, 2008).

Assim, entende-se a importância de seguir as normas legais não apenas para a história do local, mas também ao titular e para outras pessoas, que se interessam na história. O que deixa claro que uma ação de intervenção não é algo fácil de realizar.

Diante o exposto, o presente estudo visa melhorar a compreensão das medidas legais tangentes à preservação e conservação da edificação e, ao final, relacioná-las com o turismo existente no Centro Histórico de São Luís, tendo como premissa o entendimento de um turismo cultural baseado no desenvolvimento da região turística – caracterizando na própria conservação do local.

## **1 | HISTÓRICO SOLAR BARÃO DE GRAJAÚ**

O solar do Barão de Grajaú foi construído na segunda metade do século XIX, encontra-se na Rua São João, nº 500, também chamada de Rua 13 de Maio. Possui dois pavimentos e um mirante, tem implantação em “L”, com telhado terminado em beiral. Na parte interior as suas características transmitem equilíbrio e sobriedade

e os vãos de seu compartimento em diagonal, ainda de acordo com o manuscrito encontrado no museu.

Segundo Lopes, em “*São Luís ilha do Maranhão – Alcântara*” (LOPES, 2008), a fachada é em estilo Pombalino e recoberta por um tapete de azulejos estampilhados sem padrão específico, sendo a única ocorrência destes na cidade.

O solar foi local de diferentes usos, a princípio foi residência do Barão de Grajaú e sua esposa, sendo cenário de uma história conhecida até os dias atuais. A história consta que a senhora Ana Rosa Ferreira Vale Ribeiro, mais conhecida como Baronesa de Grajaú, título vindo de seu marido Doutor Carlos Fernando Ribeiro, o Barão de Grajaú, foi pivô de um acontecimento que teve grande repercussão na cidade de São Luís nos meados de 1800.

Ana Rosa fora acusada de assassinar um menino – de nome Inocência e que era seu escravo – por maus tratos. O seu marido era descendente de políticos prestigiosos e tornou-se um dos líderes do partido liberal e vice-presidente da Província do Maranhão, sendo em 1884 agraciado pelo título de Barão de Grajaú. Este fato está contido em um manuscrito no Museu Histórico e Artístico do Maranhão.

Essa história ocorrida na antiga São Luís fascinou Josué Montello, tanto que a incluiu em seu livro “*Os Tambores de São Luís*”, que tem como personagem principal o escravo Damião, que buscou justiça neste caso, mas não foi bem-sucedido, pois naquela época os brancos e ricos dominavam as leis.

Dr. Carlos Fernando Ribeiro foi médico, bacharel em Direito e político. Chefe do Partido Liberal e, posteriormente, vice-presidente da Província do Maranhão (entre os anos de 1878 e 1889), recebendo o título de Barão de Grajaú no ano de 1884. Mas entrou para a história local por ser esposo de Anna Rosa Vianna Ribeiro (grã-duquesa da época), então Baronesa de Grajaú, que foi processada por matar, por maus-tratos, um menino negro (Inocência, na época, com oito anos de idade).” (COSTA, 2015, p. 2016).

[...] “A população divulga que a própria Baronesa tenha mandado pintar cada azulejo da fachada frontal da residência com uma flor vermelha, que seria a flor preferida do promotor Celso Magalhães, que, segundo consta, trazia na botoeira do paletó uma flor vermelha lágrima-de-sangue. Uma forma de se vingar do vexame; pois, em São Luís, por muito tempo a flor foi chamada de “Flor do Celso”. O modelo, entretanto, pode ser encontrado em outros casarões. (COSTA, 2015, p. 2016).

Considerando que a Baronesa exercia um cargo de destaque na cidade, a casa da senhora provavelmente mostrava esteticamente sua condição social, até mesmo por tratar-se de um solar.

A respeito dos solares, Andrès fala que:

Os solares são sobrados residenciais erguidos pelas classes abastadas do século XVIII, suntuosidade e apuro no acabamento, apresentando portais em pedra, algumas de feições neoclássicas com frontões triangulares, balcões sinuosos sacadas em cantaria de líoz, e os guarda-corpos em gradis de ferro forjado ou fundido. Internamente, no pavimento térreo, um grane vestíbulo com piso geralmente decorado com uma combinação de seixos de rio e lajes de líoz, dá acesso a escada principal que conduz aos pavimentos superiores, onde a família habitava, pois o térreo era destinado a abrigo de carruagens e dependências de

De acordo com a declaração de Andrès acerca dos solares, percebe-se que estes pertenciam às classes mais ricas da cidade.

Em 1987, o solar foi adquirido pela Secretaria de Estado da Cultura, da Arquidiocese de São Luís. Por um tempo funcionou como reitoria da Universidade Federal do Maranhão até ser adquirido pelo governo do Estado, abrigando a coleção de Arte Sacra do Museu Histórico e Artístico do Maranhão. Mas, observa-se por fotos antigas que o solar também abrigou o Seminário Santo Antônio.

O solar passou por algumas alterações como a substituição de algumas estruturas devido às condições de preservação das mesmas, e também das maçanetas de cristal das esquadrias internas (LOPES, 2008).

Atualmente o espaço está em conjunto com o Museu Histórico e Artístico do Maranhão, encontrando-se fechado para reforma, e a coleção de arte sacra passou a funcionar na Igreja da Sé.

## 2 | LEVANTAMENTO ACERCA DA EDIFICAÇÃO

O Solar é uma edificação de notável mérito arquitetônico, como fala Brasil (1979), revestido de antigos azulejos diferentes dos demais, apresentando ramalhetes de rosas. Além disso, *“as janelas superiores são em caixilhos e veneziana, a porta principal apresenta pontas de cravo, cancela de madeira e uma sala avarandada”* (COSTA, 2014). *“O solar contém vãos em arco curvo emoldurados em cantaria, também o balcão sacado e corrido do segundo pavimento, que é guarnecido pelo tradicional gradil de ferro”*. (BRASIL, 1979, p. 52)

De acordo com Flávio Menezes da Costa, no livro *“Moradas e memórias”*, é possível compreender mais acerca do Solar. Dessa forma, tem-se que o Solar é:

sobrado que recebeu o status de “solar”. Foi construído no século XIX, em forma de L, com dois pavimentos, beiral e azulejos de diferentes. Possui vãos em arco curvo, emoldurados em cantaria, com o balcão sacado e corrido do segundo pavimento, que é guarnecido pelo tradicional gradil de ferro. Em algumas salas, o piso de madeira era coberto de tapetes e a parte superior, diferente da maioria dos sobrados ludovicenses, era uma réplica do térreo. As janelas continuam as mesmas: em caixilho e veneziana, a porta principal apresenta pontas de cravo, cancela de madeira e uma sala avarandada (2015, p. 215).

Ainda para Costa (2015), tem-se que o solar foi:

[...] construído na segunda metade do século XIX, tendo servido de residência do Barão de Grajaú, o Dr. Carlos Fernando Ribeiro. Em 1956, por iniciativa de Dom José Delgado, tornou-se a primeira instituição museológica do Estado (Museu Pio XII – Museu de Artes Sacras – MAS). Também abrigou o Seminário Santo Antônio e a Fundação Universidade do Maranhão (que deu origem à Universidade Federal do Maranhão – UFMA). Em 1987, o Governo adquiriu o prédio e implantou o Museu de Arte Sacra, até 2014. (2015, p. 216).



Imagem 01: Solar em 2014.  
(Fonte: COSTA, 2015)

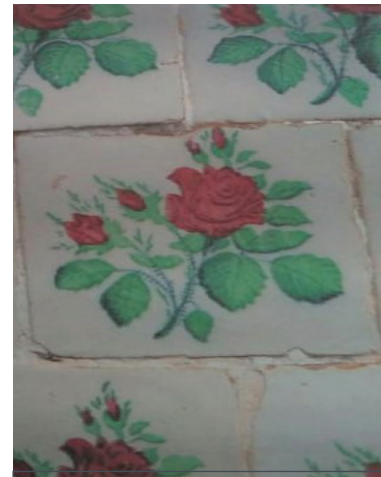


Imagem 02: Azulejo  
predominante no Solar  
(Fonte: COSTA, 2015).

Tem-se ainda que, o Solar, de acordo com o livro “*Monumentos históricos do Maranhão*”, foi adquirido pela Arquidiocese do Maranhão em 1956 e ocupado pelo Museu Pio XII. Já em 1986 o prédio foi alugado pelo Ministério da Cultura e em seguida comprado pelo Governo do Estado do Maranhão em convênio com a Companhia Vale do Rio Doce a fim de restaurá-lo e instalar ali o Museu de Arte Sacra e o Atelier de Restauração de Bens Móveis. (BRASIL, 1979, p.37).

A partir do livro “*Museu Histórico e Artístico do Maranhão*” é possível, mais uma vez, constatar as informações acerca do Solar:

O museu foi instituído através de acordo firmado entre a Companhia Vale do Rio Doce e o Governo do Estado do Maranhão. É importante destacar que o prédio escolhido para sediar o MAS deve ser compreendido como um “espaço histórico”, uma vez que alguns acontecimentos relevantes no cenário urbano de São Luís se desenrolaram naquela estrutura física. Por isso, ao lançarmos um olhar perante este artigo imóvel, devemos considerar os diferentes usos, apropriações e, mesmo intervenções, em diferentes épocas, realizadas por moradores e instituições que ali estiveram. Assim, anterior a apresentação do acervo que o MAS mantém sob guarda é necessário conhecer um pouco mais da historicidade que o prédio remete. (2014, p. 38).

[...]estima-se que a construção do prédio ocorreu na segunda metade do século XIX por autoria desconhecida. Seu primeiro proprietário foi, também, seu morador mais ilustre, o alcantarense Carlos Fernando Ribeiro. Segundo informações levantadas por Jerônimo de Viveiros, na Revista de Geografia e História, publicada em 1930, Carlos Fernando Ribeiro nasceu em 30 de outubro de 1830 e fundou o mais importante engenho de açúcar da província, o “Engenho Girijó. (2014, p. 38).

O estado de conservação pode ser analisado em comparação o estado atual da edificação com fotos antigas, vê-se que a fachada está descascando e possui vidros quebrados.

Os azulejos da parte inferior da fachada já não existem. Embora não esteja aparente na imagem, a edificação apresenta surgimento de vegetação em seu telhado, o mesmo também se apresenta desgastado e em algumas partes pode-se

ver nitidamente que estão quebrados.

Já na parte interna, a edificação apresenta infiltração nas paredes – muito devido à precariedade de algumas partes da cobertura, pois a mesma não contém mais as chuvas, o que faz com que a água escorra pelas paredes internas de alguns ambientes.



Imagem 03: Solar em Maio de 2017. Fonte: Arquivo pessoal.

### 3 | TEORIAS PARA A COMPREENSÃO DA CONSERVAÇÃO DO SOLAR BARÃO DE GRAJÁ

O Centro Histórico é constituído por edificações que passaram por movimentos e estilos que são muito bem ilustrados em suas características arquitetônicas. Com a relevância dessa identidade, são chamados de patrimônio histórico, pois é um meio onde se estimula a memória das pessoas. Segundo Choay (2006, p. 11, 12) a expressão patrimônio histórico designa um bem destinado ao usufruto da comunidade. Para ela como categoria exemplar, que se relaciona mais diretamente com a vida de todos, é o patrimônio histórico representado pelas edificações.

Os casarões do Centro Histórico dão a importância de se manter a arquitetura de um estilo que predominou no passado. Ao pesquisar sobre as épocas e estilos, vê-se a necessidade de compreensão do porquê de tais monumentos manterem suas características, tendo em vista que tais características trazem algo à lembrança, tudo aquilo que foi edificado por uma comunidade de indivíduos para rememorar ou fazer que outras gerações de pessoas rememorem acontecimentos, sacrifícios ou crenças, comenta Choay (2006, p. 18).

A respeito de monumentos históricos, as noções e as suas práticas de conservação tiveram início na Europa, indicado pela primeira Conferência Internacional para a Conservação dos Monumentos históricos que aconteceu em Atenas em 1931, com a participação apenas de europeus. Com o passar do tempo e com o acontecimento de outras conferências o assunto foi difundido em outros países.

A restauração é um termo também utilizado ao falar de conservação. Segundo Boito (2008, p. 46) só se é uma restauração quando a operação se intromete de fato na obra, já a conservação trata apenas de uma ação de proteção das obras contra a ação corrompedora do tempo. Por meio desta declaração, nota-se que embora tenha

uma ligação entre conservação e restauração, há diferença entre os dois termos.

A restauração não era vista como um meio para reconstituir uma obra ao seu estado anterior, afim de preservar a memória, e sim para satisfazer as necessidades da época, com isso teve uma evolução lenta. No seu processo de amadurecimento surgiram algumas teorias, como o respeito pela matéria original e o mínimo de intervenção possível. A ideia dita que era impossível restabelecer a obra como seu estado anterior e que o restauro era a maior destruição que uma edificação poderia sofrer. Com as edificações bem conservadas não haveria a necessidade de restauração, tal teoria era defendida por Ruskin (2008).

Diante das teorias de reversibilidade e distinguibilidade, tem-se que a primeira diz respeito a uma intervenção que torna possível que a obra possa futuramente sofrer outras intervenções, enquanto a distinguibilidade deixa clara a distinção entre a obra original da intervenção com a intenção de não levar o observador ao engano. O defensor de tais ideias era Brandi (2004, p. 47 e 48), quando este diz:

O primeiro é que a integração deverá ser sempre e facilmente reconhecível; mas sem que por isto se venha a infringir a própria unidade que se visa a reconstruir. [...] O terceiro princípio se refere ao futuro: ou seja, prescreve que qualquer intervenção de restauro não torne impossível, mas, antes, facilite as eventuais intervenções futuras. (2004, p. 47 e 48).

Outro nome conhecido no meio da restauração é Viollet-le-Duc (2005). Este mostra-nos o risco de reconstituir por total a obra, embora procurasse ter o conhecimento aprofundado por meios de documentos sobre a obra pela qual trabalhava. O restaurador por vezes não reconstituía o estado original e sim idealizava o projeto. Dessa forma, seu processo de restauro ficou mais conhecido como restauração estilística.

As teorias supracitadas servem de parâmetro para as intervenções atuais adequando-se ao contexto local. Embora tenham sido desenvolvidas entre os séculos XIX e XX, estas, ao longo do tempo, tomaram formas para a sua atualização, e desta forma continuam a ter um propósito e orientam projetos de conservação e restauração nos dias atuais.

Outros fatores que norteiam as restaurações atuais são as cartas patrimoniais, documentos com princípios e diretrizes indispensáveis para realização de intervenções. Dentre as mais conhecidas, está carta de Atenas 1931, que manifesta importantes ideias para a preservação do patrimônio. E a carta de Veneza de 1964 realizada no II Congresso Internacional de Arquitetos e Técnicos dos Monumentos Históricos, que reexamina e aprofunda os princípios da carta de Atenas, e concede-nos um alcance maior em um novo documento.

De acordo com Kühl (2010, p. 288) é necessário analisar esses documentos de maneira fundamentada para que se tenha um entendimento mais pleno de suas formulações. É atividade essencial para quem trabalha com preservação. Porém a autora continua:

As cartas são documentos concisos e sintetizam os pontos a respeito dos quais foi possível obter consenso, oferecendo indicações de caráter geral. Seu caráter, portanto, é indicativo ou, no máximo, prescritivo. [...] não podem ter caráter normativo, pois suas indicações devem ser reinterpretadas e aprofundadas para as diversas realidades culturais de cada país, e ser, ou não, absorvidas em suas propostas legislativas. (KÜHL 2010, p. 289).

É perceptível que as cartas patrimoniais internacionais não têm valor normativo, servindo apenas como um indicador, porém são essenciais. Apesar de ser apenas um indicador para as intervenções, as cartas foram um dos primeiros documentos a estabelecer medidas e critérios em relação ao patrimônio histórico. Conquanto, a partir do momento em que as cartas internacionais são reinterpretadas adequadamente para as realidades locais, dão origem as cartas nacionais, que por sua vez contribuem para as propostas legislativas. (KÜHL, 2010, p. 289).

As legislações e leis referentes ao patrimônio histórico estabelecem critérios para restauro e preservação com valor normativo, devendo ser obedecidas estritamente. A política de conservação e restauração existe em âmbito nacional, leis que se restringem ao estado e as que são voltadas ao município, adequando-se a realidade de cada região.

Em questão nacional, tem-se o decreto-lei nº 25, de 30 de novembro de 1937, que organiza a proteção do patrimônio histórico e artístico nacional. Como a edificação está locada no Centro Histórico de São Luís, a lei que se adequa ao município é a Lei nº 3.392, de 04 de julho de 1995, que dispõe sobre a proteção do patrimônio cultural do município de São Luís.

## 4 | A RELAÇÃO ENTRE CONSERVAÇÃO E PRESERVAÇÃO DA EDIFICAÇÃO COM O TURISMO LOCAL

As edificações no centro Histórico são consideradas patrimônio histórico e cultural. Quando se trata de patrimônio é necessário aludir sobre o tema, Pelegrini (2006) fala que “*as noções de patrimônio cultural se mantêm vinculadas às de lembrança e de memória*”, que deixa claro que “*os bens culturais são preservados em função de manter a identidade cultural*”. Seguindo o mesmo raciocínio, segundo Tomaz (2010, p. 02):

Ao se contemplar um espaço de relevância histórica, esse espaço evoca lembranças de um passado que, mesmo remoto, é capaz de produzir sentimentos e sensações que parecem fazer reviver momentos e fatos ali vividos que fundamentam e explicam a realidade presente. Essa memória pode ser despertada através de lugares e edificações, e de monumentos que, em sua materialidade, são capazes de fazer rememorar a forma de vida daqueles que no passado deles se utilizaram. Cada edificação, portanto, carrega em si não apenas o material de que é composto, mas toda uma gama de significados e vivências ali experimentados.

Dessa forma, é correto afirmar que o solar Barão de Grajaú é um espécime, que mantêm a identidade cultural e histórica que é capaz de evocar lembranças, este último, pode-se dizer por ter sido um local de uma ocasião histórica significativa para



época.

O espaço também está em conjunto com o Museu Histórico e Artístico do Maranhão, como anexo que serviu por anos como museu de Arte Sacra. A edificação possui características arquitetônicas notáveis que aludem à época de sua construção. Essas características atraem pessoas que querem reviver ou experimentar os momentos passados do solar, estimulando assim o turismo.

Devido aos fatores supracitados, é evidente a importância de preservar e conservar a edificação. Pois para que o local venha a estimular o turismo e propiciar o desenvolvimento econômico e social é necessário que este esteja conservado e com boa aparência.

O turismo e a identidade cultural estão estreitamente relacionados, como Silva e Medeiros (2015) enfatiza:

[...] o turismo cultural tem o objetivo de não somente estimular o crescimento da cultura dentro de uma localidade, mas também de levantar recursos para atrair visitantes, desenvolver economicamente a região turística e expandir conhecimento. [...] o turismo cultural e pedagógico contribui de fato para a valorização e conscientização do patrimônio, abrangendo passado e presente, englobando tempo, história, paisagem, lugar e espaço e se desvinculando de todos os preconceitos quanto à cultura apresentada em uma comunidade, permitindo representação de uma determinada identidade.

Com a afirmação do autor, verifica-se a relação estrita entre patrimônio e turismo em pelo menos dois aspectos. O primeiro é que turismo estimula o crescimento da cultura, conseqüentemente o crescimento das atividades voltadas ao patrimônio cultural, dessa forma, engaranta-se recursos financeiros capazes de preservar e conservar o espaço e desenvolve economicamente a região.

O segundo, é que o turismo contribui para a valorização dos ambientes históricos, pois como Tomaz (2010) cita, é que a tendência natural do homem moderno é olhar com desprezo as construções antigas, vendo-as como bens ultrapassados e desatualizados, os quais devem ser demolidos e ceder lugar a edificações mais modernas e arrojadas, mais úteis ao desenvolvimento da cidade. Porém com o estímulo do turismo, um dos objetivos é desvincular tal pensamento do homem, em razão disso, caso não haja uma mudança de pensamento, isso pode ser um fator para a falta de preservação de locais históricos.

Ainda, destaca-se que na relação entre patrimônio e turismo há um ciclo constante, pois da mesma forma que o turismo estimula financeiramente a conservação e preservação da edificação, o patrimônio com suas características históricas contribui para atrair o turismo local.

Direcionando estes aspectos ao objeto de estudo, no caso o Solar Barão de Grajaú, a preservação e conservação do mesmo contribuiria com o turismo – como já contribuiu antes quando sediava o museu de arte sacra – visto que trabalha em conjunto com o Museu Histórico e Artístico do Maranhão, um local de grande visitação de turistas. Contudo, atualmente encontra-se fechado para reforma já por algum

tempo, acredita-se que visando a conservação do mesmo para coadjuvar no turismo do espaço, pois, como já mencionado, a edificação tem grande potencial turístico.

O Solar com sua potencialidade – por conter uma identidade histórica e cultural – e sendo conservado, é um estímulo para o aumento do número de visitantes do museu, como Silva, Costa e Júnior (2015) comentam, “*no planejamento estratégico do turismo existe um princípio no qual preservação e estruturação do destino devem acontecer sempre antes da sua promoção*”. E como resultado, tem-se um retorno financeiro e um desenvolvimento social, assim sendo, seria possível a valorização dos aspectos históricos do espaço.

## CONCLUSÃO

A partir do estudo exposto neste artigo constatou-se como principal objetivo o reconhecimento do Solar do Barão de Grajaú como uma edificação que deve sofrer ações para que seja conservada e preservada, isto devido à sua arquitetura – um solar cuja fachada é ímpar com azulejos que não seguem um padrão determinado – e também ao fato de ser uma edificação que compõe parte da história do Centro Histórico e da cidade de São Luís – a história do Barão e da Baronesa de Grajaú.

Desse modo, foi realizado um levantamento a respeito do histórico do solar para que assim fosse possível conhecer e entender o seu significado para o Centro Histórico, assim como foi feito um levantamento técnico para identificar quais as medidas que estão sendo aplicadas para a conservação do edifício.

Procurou-se com isso identificar as anomalias presentes no edifício e, assim, observar quais ações poderiam vir a serem aplicadas na conservação e preservação da edificação. Foram então analisadas teorias de restauração para melhor compreender estas ações.

Para finalizar, foi feita a relação entre a conservação e preservação do espaço com o turismo e desenvolvimento social do Centro Histórico, tendo em vista a importância da preservação do espaço para a valorização do local.

## REFERÊNCIAS

ANDRÈS, Luiz Phelipe de Carvalho Castro. **Reabilitação do centro histórico de São Luís: análise crítica do programa de preservação e revitalização do centro histórico de São Luís/PPRCHSL, sob o enfoque da conservação urbana integrada**. 2006. 247 f. Dissertação (Mestrado) - Centro de Conservação Integrada, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2006.

BOITO, Camillo. **Os restauradores**. 3. ed. Cotia, SP: Ateliê Editorial, 2008. 64 p.

BRASIL. Decreto-lei nº 25, de 30 de novembro de 1937. **Organiza a proteção do patrimônio histórico e artístico nacional**.

BRASIL. Ministério do Interior. FUNDAÇÃO PROJETO RONDON. (Org.). **Monumentos históricos do Maranhão**. São Luís: Sioge, 1979. 324 p. ilustr., 30cm.

CASTRIOTA, Leonardo Barci. **Intervenções sobre o patrimônio urbano: modelos e perspectivas.** Fórum Patrimônio: amb. constr. e patr. sust., Belo Horizonte, v.1, n.1, set./dez. 2007.

CHOAY, Françoise. **A alegoria do patrimônio.** 4. ed. São Paulo: Estação Liberdade, 2006. 288 p.

COSTA, Flávio Menezes da. **Moradas e memórias: o valor patrimonial das residências de São Luís antiga através da literatura.** São Luís: EDUFMA, 2015.

ESCRITÓRIO INTERNACIONAL DOS MUSEUS SOCIEDADE DAS NAÇÕES. **Carta de Atenas, 1931.**

GOVERNO DO ESTADO DO MARANHÃO. Secretaria de Estado da Cultura. **Museu Histórico e Artístico do Maranhão: intervenções estruturais e história institucional.** São Luís, 2014.

ICOMOS. **Carta de Veneza, 1964.**

KÜHL, Beatriz Mugayar. **Conservação e restauração.** Anais do Museu Paulista. São Paulo. N. Sér. v.18. n.2. p. 287-320. Jul. dez. 2010.

KÜHL, Beatriz Mugayar. **História e Ética na Conservação e na Restauração de Monumentos Históricos.** R. CPC, São Paulo, v.1, n.1, p. 16-40, nov. 2005/ abr. 2006

LOPES, José Antônio Viana. **São Luís ilha do maranhão - Alcântara.** São Luís: Junta de Andalucia, 2008.

MONTELLO, Josué. Romances e Novelas. **Os tambores de São Luís.** Volume II Rio de Janeiro, RJ, Editora Nova Aguilar S. A. 1986.

PELEGRINI, Sandra C. A. **Cultura e natureza: os desafios das práticas preservacionistas na esfera do patrimônio cultural e ambiental.** Universidade Estadual de Maringá. Revista Brasileira de História. São Paulo, v. 26, no 51, p. 115-140 – 2006.

RUSKIN, John. **A lâmpada da memória.** Cotia, SP: Ateliê Editorial, 2008.

SANTIN, Janaína Rigo; MARANGON, Elizete Gonçalves. **O Estatuto da Cidade e os instrumentos de política urbana para proteção do patrimônio histórico: outorga onerosa e transferência do direito de construir.** 2008. 22 f. Tese (Doutorado) - História, São Paulo, 2008.

SÃO LUÍS, Lei nº 3.392, de 04 de julho de 1995. **Dispõe sobre a proteção do patrimônio cultural do município de São Luís e dá outras providências.** São Luís-MA.

SILVA, Letícia Cynara Santos; MEDEIROS, Luciane Coimbra Castro. **POLÍTICAS PÚBLICAS VOLTADAS À PRESERVAÇÃO DO CENTRO HISTÓRICO DE SÃO LUÍS: Projeto Tour Pedagógico e valorização dos Lugares Memória para o desenvolvimento da cultura.** In: VII JORNADA INTERNACIONAL POLÍTICAS PÚBLICAS. São Luís: 2015. p. 1 - 13.

SILVA, Welyza Carla da Anunciação; COSTA, Sarany Rodrigues da; FERREIRA JÚNIOR, José. **O Centro Histórico de São Luís e seu uso na Comunicação Midiática para promoção do Turismo local.** In: XXXVIII CONGRESSO BRASILEIRO DE CIÊNCIAS DA COMUNICAÇÃO. Intercom – Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação. Rio de Janeiro: 2015. p. 1 - 12.

TOMAZ, Paulo Cesar. **A preservação do patrimônio cultural e sua trajetória no Brasil.** Fênix (UFU. Online), v. 07, p. 02, 2010.

VILLET-LE-DUC, Eugène Emmanuel. **Restauração.** Cotia, SP: Ateliê Editorial, 2005. 70 p.

## ÍNDICE REMISSIVO

### A

Arborização urbana 144, 145, 156, 161, 168, 169, 170, 171, 172, 173, 174, 176, 179, 180, 181, 207

Arquitetura brasileira 45, 47, 48, 49, 50, 51, 52, 55, 63, 64, 65

Arquitetura contemporânea 13, 14, 37, 45, 63, 68

Arquitetura moderna 6, 37, 42, 45, 46, 48, 49, 50, 52, 54, 55, 57, 58, 60, 62, 63, 64, 65, 66, 67, 68, 69

### C

Centro cultural 70, 72, 73, 74, 76, 77, 80

Cidades verdes 212

Conforto ambiental 7, 200, 202, 203, 207, 213, 222

Conservação 61, 62, 93, 94, 97, 98, 99, 100, 101, 102, 103, 110, 118, 167, 171, 176

### D

Desenho urbano 136, 140, 159, 225

Direito à moradia 191, 192, 193, 197, 198, 199

Diversidade urbana 147, 151, 157

### E

Espaço público 53, 136, 139, 140, 141, 142, 143, 144, 145, 146, 147, 148, 150, 151, 153, 154, 156

### G

Grandes projetos urbanos 82, 83, 84, 87, 91

### I

Infraestrutura 18, 27, 31, 49, 51, 52, 73, 80, 84, 85, 86, 87, 88, 90, 123, 129, 130, 131, 132, 138, 140, 170, 174, 177, 179, 182, 183, 184, 185, 189, 192, 193, 196

### M

Metodologia de ensino 1

Mobilidade urbana 18, 31, 90, 164, 182, 183, 184, 185, 187, 189, 190

### N

Neurbanism 82

## P

Patrimônio 62, 74, 77, 93, 94, 98, 99, 100, 101, 102, 103, 104, 119, 125, 130, 168, 171, 180, 193, 225

Pesquisa 1, 3, 4, 5, 10, 11, 13, 35, 39, 52, 55, 56, 62, 65, 76, 83, 91, 94, 128, 142, 151, 167, 169, 172, 173, 174, 177, 179, 181, 182, 186, 187, 189, 197, 198, 203, 204, 212, 214, 215, 222, 223, 224

Planejamento urbano 91, 130, 146, 151, 152, 157, 159, 163, 169, 170, 180, 182, 183, 184, 189, 199, 202, 225

Práticas sociais 54, 71, 147, 151, 152, 153

Preservação 12, 14, 21, 26, 27, 30, 41, 51, 93, 94, 96, 99, 100, 101, 102, 103, 125, 130, 131, 165, 172, 180, 181, 205, 207, 225

Projeto 1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 9, 10, 11, 12, 14, 21, 29, 30, 32, 33, 34, 35, 36, 38, 40, 45, 49, 50, 51, 52, 53, 54, 55, 56, 58, 61, 63, 64, 65, 67, 68, 70, 75, 76, 78, 82, 83, 84, 86, 87, 88, 89, 90, 91, 99, 102, 103, 124, 139, 140, 141, 142, 143, 144, 145, 148, 150, 175, 176, 183, 186, 188, 189, 192, 196, 197, 198, 206, 211, 213, 214, 221, 222, 224, 225

## Q

Qualidade urbana 136, 141, 180

## R

Requalificação urbana 136, 139, 147, 148, 155, 183

## U

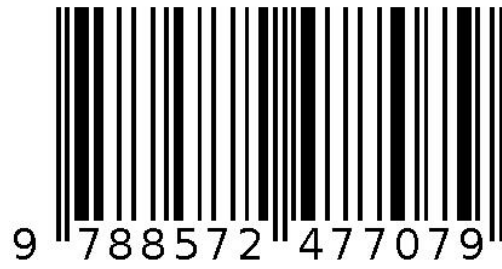
Urbanismo 1, 2, 4, 8, 10, 12, 13, 40, 43, 45, 47, 50, 55, 56, 57, 70, 81, 104, 113, 136, 140, 146, 147, 154, 159, 176, 181, 182, 191, 200, 201, 210, 225

Urbanismo sustentável 200

## V

Vida pública 147, 151, 153, 154, 155, 156, 157

Agência Brasileira do ISBN  
ISBN 978-85-7247-707-9



9 788572 477079